



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tesccarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-263-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637210707>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Psicologia: Trabalho e Sociedade, Cultura e Saúde*, reúne em seu segundo volume, vinte artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PANDEMIA DO MEDO E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL

Caroline Silva de Araujo Lima
Camila Frazão Tolentino
Melany Marques Beserra
Cahina Rebouças Duarte Camacho
Amanda Luzia Moreira Souza
Gabriela Cecília Moreira Souza
Gabriel Jessé Moreira Souza
Maria Gabriela Teles de Moraes
Crincia Amorim Melo Alencar
Dágyla Maisa Matos Reis
Alberto Mariano Gusmão Tolentino Junior
Jair Gomes Tolentino
Ana Flávia Miranda Reis
Nathane Barbosa Xavier

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107071>

CAPÍTULO 2..... 10

OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR

Marita Pereira Penariol
Izadora Oliveira Felez
Jaqueline Fernandes Carneiro
Karoline Dick
Ketlin Fernanda Lazzarotto
Letícia Costa Molinari
Maria Angelica Stimer
Mariana Becker Domingues
Sabrina Thais de Rosso Foltz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107072>

CAPÍTULO 3..... 21

AÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) DURANTE A PANDEMIA DO SARS-CoV-2 COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

Ana Isabela Almeida Egídio
Keila Marine Pedrosa dos Santos
Bruno Martins Borges
Calíope Pilger
Ana Carolina Scarpel Moncaio
Jalusa Andréia Storch Díaz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107073>

CAPÍTULO 4..... 28

A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO: A GENERALIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL COMO SINÔNIMO DE INCAPACIDADE

LABORAL


Renata Botelho Dutra
Danutta Ribeiro Bueno de Araujo
Thalyta Carla Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107074>

CAPÍTULO 5..... 40

AS EXTENUANTES JORNADA DE TRABALHO DA MULHER MODERNA E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL


Elaine Barreto Correia Garcia
Lucimara Sousa dos Santos
Vitória Demarque Medeiros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107075>

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS E SOFRIMENTO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS DE 5 EDIÇÕES DO ENAPG


Michelle de Andrade Souza Diniz Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107076>

CAPÍTULO 7..... 65

TRABALHO: O QUE É? O QUE É? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO


Rita de Cássia Gomes da Silva
Álvaro Itaúna Schalcher Pereira
Francisco Adelson Alves Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107077>

CAPÍTULO 8..... 83

PEDA(LAÇO): UMA INTERVENÇÃO PELA MOBILIDADE CONSCIENTE E PELA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Amanda Luiza Weiler Pasini
Ana Cristina Nascimento Goulart
Júlia Sitya Padoin
Juliana Lamana Guma
Luiza Moscato Soares
Natália Noal Nascimento
Telma Garcez Leal
Caroline Lúcia Cantarelli Rohde


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107078>

CAPÍTULO 9..... 90

POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA: UM CAMINHO TRILHADO A PARTIR DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dávila Natanny Machado
Israel Coutinho Sampaio Lima
Sofia Dionizio Santos

Gerardo Teixeira Azevedo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107079>

CAPÍTULO 10..... 103

ANÁLISE METODOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL SOBRE A ANSIEDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Renato Américo Dantas Camilo de Souza

Jonathan Bento Cavalcanti

Edwirde Luiz Silva Camêlo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070710>

CAPÍTULO 11 115

A PRÁTICA ESPORTIVA NA UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

Alan Gabriel Ribeiro da Silva

Angelo Maurício de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070711>

CAPÍTULO 12..... 125

CONTRIBUIÇÃO DA CINOTERAPIA PARA PSICOTERAPIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Gládys Tinoco Corrêa

Matheus Neves Araujo

Clara Hévila Lima Lourenço


Déborah Braga Costa

Jousiane de Almeida Pereira

Rita de Cássia Ellen Silva Serra

Tácila Feitosa Fonteles

Laís Nunes Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070712>

CAPÍTULO 13..... 136

LUTO PERINATAL: OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELAS PERDAS GESTACIONAL E NEONATAL

Larissa da Silva Santos

Rodrigo Almeida Damasceno

Ruth Raquel Soares de Farias

Sara Cavalcanti Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070713>

CAPÍTULO 14..... 149

PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO DIREITO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO INFANTOJUVENIL

Antonio Elieser Sousa Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070714>

CAPÍTULO 15..... 163

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE ALIENAÇÃO PARENTAL


Francisca Moraes da Silveira

Anna Beatriz Silva Castro

Evilly da Luz Barbosa

Victória Amorim da Silva

Vitória Luiza Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070715>


CAPÍTULO 16..... 175

PSICOSES, FAMÍLIA E ARTE: MEIOS PARA PSICOEDUCAÇÃO DE FAMILIARES PELA ARTE

Brendha Leandro dos Santos

Allan Alves Nogueira

Carla de Meis


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070716>

CAPÍTULO 17..... 191

RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO FRENTE À QUEIXA DE DEPRESSÃO

Ana Raquel Gomes Ferreira

Mara Eduarda Sousa de Alencar


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070717>

CAPÍTULO 18..... 199

RELAÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dalva Adriana Grade

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070718>

CAPÍTULO 19..... 213

UM OLHAR PERANTE A ALMA


Daniel Docasar

Alexandre Docasar Serafino Silva

Daurema Conceição Docasar Serafino Silva

George Vladimir dos Santos Lima

Renata Mendes Barboza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070719>

CAPÍTULO 20..... 221

PRÁTICAS CULTURAIS E COMPORTAMENTO VERBAL: PROPOSTAS CONCEITUAIS E POSSÍVEIS APLICAÇÕES

Samuel de Araujo Fonseca

Louanne Emanuelle Rufino de Almeida

Dyego de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070720>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	233
ÍNDICE REMISSIVO.....	234

CAPÍTULO 7

TRABALHO: O QUE É? O QUE É? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Rita de Cássia Gomes da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Maranhão (IFMA)
Alcântara – MA
<http://lattes.cnpq.br/1019123625267476>

Álvaro Itaúna Schalcher Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Maranhão (IFMA)
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/4623016052878309>

Francisco Adelson Alves Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Maranhão (IFMA)
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/3590673318354449>

RESUMO: A temática aqui apresentada decorre das discussões promovidas durante o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), constituindo inclusive parte do trabalho dissertativo apresentado para a qualificação. Assim, a presente reflexão propõe um resgate histórico dos sentidos e significados do trabalho, seguindo, para tanto, dois direcionamentos. O primeiro, será sobre as abordagens negativas do termo, discutindo também as mutações no mundo do trabalho sob a égide do Capitalismo contemporâneo, cujos desdobramentos têm sido severos ao que concerne à saúde do trabalhador e sua exclusão do mercado de trabalho. E,

num segundo momento, a discussão será direcionada para as abordagens positivas, com destaque para o sentido ontológico da categoria trabalho, tão bem elaborada por Marx, que, posteriormente, influenciou vários pensadores, com contribuições significativas também para a educação. Este estudo contribuiu, assim, para compreender as modificações e contradições assumidas pela categoria trabalho, concluindo-se que, justamente, por ser uma categoria complexa, não pode se restringir a uma única dimensão, isso significa dizer que o trabalho é alegria, mas também pode significar sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: Labor. Capitalismo. Adoecimento. Ontológico. Educação.

WORK: WHAT IS IT? WHICH IS? A HISTORICAL APPROACH TO THE SENSES AND MEANINGS OF THE WORK CATEGORY

ABSTRACT: The theme presented here arises from the discussions promoted during the Master in Professional and Technological Education (ProfEPT), constituting part of the dissertation work presented for the qualification. Thus, the present reflection proposes a historical recovery of the senses and meanings of the work, following, therefore, two directions. The first, will be about the negative approaches of the term, also discussing the changes in the world of work under the aegis of contemporary Capitalism, whose developments have been severe with regard to the health of workers and their exclusion from the labor market. And, in a second moment, the discussion will be directed to positive approaches, with emphasis on the

ontological sense of the work category, so well elaborated by Marx, that, later, influenced several thinkers, with significant contributions also to education. This study thus contributed to understand the modifications and contradictions assumed by the work category, concluding that, precisely because it is a complex category, it cannot be restricted to a single dimension, this means that work is joy, but also it can mean suffering.

KEYWORDS: Labor; capitalism; illness; ontological; education.

1 | INTRODUÇÃO

Com as últimas transformações presenciadas na economia e nos processos produtivos, surgiu uma declaração apocalíptica que anuncia o fim do trabalho, o que Antunes (2014) problematizou por meio do seguinte questionamento: “Adeus ao trabalho?”. Será que há possibilidade desta profecia se cumprir? Ou esta já é uma realidade da sociedade contemporânea?

Compartilhando, pois, com as inquietações deste autor, suscitadas a partir das discussões promovidas durante o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), começou-se a investigar sobre a categoria trabalho, resgatando seus sentidos e significados pelas linhas e entrelinhas da história. Este artigo, portanto, constitui parte do trabalho dissertativo apresentado para a qualificação.

Considera-se que esta discussão é necessária na conjuntura de aviltamento das condições de vida e do conjunto de crises que vivenciamos, cujos impactos ao mundo do trabalho ainda não foram de todo assimiladas. No entanto, evidencia-se também a complexidade do tema, uma vez que exige toda uma perquirição ao conjunto de crenças, valores e atitudes tanto no campo individual quanto no social, sem desconsiderar seus aspectos históricos (SILVA, 2014).

É importante ressaltar ainda que não se trata de uma proposta única e/ou inovadora, uma vez que vários autores têm se dedicado ao estudo sobre a produção de sentidos e significados do trabalho, tais como: Dejours (1987); Bajoit e Franssen (1997); Borges (1998); Morin (2002); Tolfo e Piccinini (2007); Antunes (2013) e Lapa (2017).

Trata-se, portanto, de abrir mais um espaço para discussão que se fará, por sua vez, a partir do seguinte questionamento: “Trabalho: O que é? O que é?”. Para responder a esta pergunta, serão usados dois caminhos de respostas, o que lembra a proposta de Blanch Ribas (2003). Este autor organizou as concepções sobre os sentidos e significados do trabalho em três posições; neste estudo, porém, serão apresentados apenas dois direcionamentos: o polo positivo, em que há a visão do trabalho pleno de sentido e, de outro lado, o polo negativo, em que o trabalho pode ser caracterizado como castigo, fonte de adoecimento e sofrimento.

Vale ressaltar ainda que os dois caminhos de respostas que serão apresentados assumem um papel didático; pois, na prática, o trabalho apresenta situações e condições que produzem sentidos diversos e singulares.

2 I TRABALHO: O QUE É? O QUE É?

Parafrazeando Gonzaguinha, cantor e compositor brasileiro, bem como considerando a relação intrínseca do trabalho com a vida, inicia-se esta discussão com os seguintes questionamentos: “Trabalho: O que é? O que é?”

Com efeito, várias respostas podem ser dadas a esta pergunta, uma vez que não há um conceito único para a categoria trabalho; do contrário, trata-se de um campo de discussão polissêmico, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão (NEVES et al., 2018).

É neste campo multifacetado, pois, que se adentrará. Diferentes áreas do conhecimento poderiam trazer as suas contribuições a partir de diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas, mas como seria uma análise extremamente longa; decidiu-se apenas apontar alguns caminhos para reflexão.

Assim, considera-se oportuno iniciar a discussão com a classificação proposta Schweitzer (2017), no campo da Psicologia, pois sinaliza para a complexidade desta categoria, não fechando em respostas singulares, mas apresentando uma dimensão plural. De acordo com este autor, pode-se citar cinco principais correntes epistemológicas que dão suporte aos estudos sobre os sentidos e significados do trabalho, a saber: Sócio-Histórica; Cognitivista; Humanista Fenomenológica ou Existencialista; Construcionista Social e Psicodinâmica.

Esta última tem como principal representante Christophe Dejours (1987) e se fundamenta no referencial teórico da Psicanálise e da Psicossomática. Na perspectiva Construcionista Social, os sociólogos Berger e Luckmann (2004) têm influenciado pesquisadores da Psicologia, destacando a importante função das instituições no reprocessamento social dos sentidos; enquanto que, na abordagem Humanista Fenomenológica-Existencialista, destacam-se os trabalhos de Morin (2001; 2002), os quais têm influenciado diversas pesquisas brasileiras.

Outra contribuição significativa nessa discussão é a abordagem Cognitivista, que tem como principal representante Borges (1998), pesquisadora brasileira, que propôs um modelo de estrutura cognitiva do significado do trabalho composto pelas facetas: centralidade do trabalho, atributos valorativos, valores descritivos e hierarquia dos atributos. E, por fim, os estudos sobre este tema podem se sustentar na abordagem Sócio-Histórica de Vygotski (1995, 2001), que compreende a constituição do indivíduo a partir do seu contexto histórico e das relações sociais que estabelece.

Embora se concorde com estas abordagens e conexões, isso não significa dizer que as abordagens são apenas estas, isso seria restringir demais um fenômeno tão amplo e plural como o trabalho. Contudo, na presente discussão, sem desconsiderar a complexidade e amplitude do fenômeno, serão usados dois caminhos de reflexão.

O primeiro direcionamento refere-se às conotações negativas do trabalho,

considerando as condições materiais de determinada época. Nesse sentido, aparecerão representações do trabalho como castigo e dor, bem como a depreciação do sentido do trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

Mas o trabalho é só sofrimento? Certamente não! Por isso, o segundo direcionamento de respostas refere-se às conotações positivas do trabalho, desde o seu salto qualitativo com a Reforma Protestante até a dimensão ontológica do termo com Marx, que influenciará, por sua vez, a utopia de uma escola do trabalho.

Com efeito, embora aqui se apresente dois direcionamentos para análise da categoria trabalho, não se elimina a relação de contradição existente entre elas; do contrário, considera-se que esses sentidos podem emergir de forma concomitante, se alternando entre um polo e outro, com predominância de um ou com a presença dos dois (TOLFO, 2015).

2.1 Ele é sofrimento?

Iniciaremos a busca de significados e sentidos sobre o papel do trabalho na vida do ser humano na Bíblia, mais especificamente, no livro de Gênesis, que descreve sobre a criação do mundo e do ser humano:

[...] Já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga [...]. Você comerá seu pão com suor do seu rosto, até que volte para a terra, pois dela foi tirado. (GÊNESIS 3, 17.19/ BÍBLIA SAGRADA, 1991, p.17).

Na Bíblia, pois, já se encontra uma conotação negativa para o trabalho, que é compreendido como castigo imposto aos homens por sua desobediência a Deus. Mas, se decidíssemos responder a esta pergunta, adotando como referência a etimologia da palavra, também estaríamos mais próximos do trabalho como sofrimento.

Em latim, trabalho deriva de *tripalium*, “tri” (três) e “palus” (pau), que pode ser traduzido por “três paus”, referindo-se a um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, utilizado, a princípio, na lavoura e, depois, utilizado em Roma para tortura, prendendo-se no *tripalium* pessoas para serem martirizadas.

Desse radical surgiram as expressões trabalho (em português), *travail* (francês) e *trabajo* (espanhol). A palavra *labor* (inglês) e *lavoro* (em italiano), por sua vez, são também um resquício da antiguidade, em que se diferenciava trabalho de labor.

Assim, para os gregos antigos, o termo “trabalho” era encarado como pena aos seres não livres (os escravos), uma vez que a vocação do homem livre era a contemplação (filosófica ou política) ou as armas. O trabalho, por sua vez, estaria associado à perda da liberdade, “[...] seria a prisão do ser humano no quadro da natureza, que subordinava o intelecto à prática e, por isso, aviltava o homem” (GOMES; OTTONI, 2014, p. 213).

Dessa forma, Arendt (2007, p. 21), em sua obra intitulada “A condição humana”,

afirma que na Grécia Clássica, nem o *labor*, nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para construir o *bios*. Para tanto, cita Aristóteles e os três modos de vida (*bioi*) pelos quais os homens podiam escolher livremente:

1. *O modo de vida voltado para os prazeres do corpo* – no qual o belo é consumido tal como é dado.
2. *O modo de vida dedicado aos assuntos da polis* – na qual a excelência produz belos feitos.
3. *A vida do filósofo* – dedicada à investigação e à contemplação das coisas eternas.

Observa-se, assim, que, na Antiguidade Clássica havia interesse em excluir o *animal laborans*, bem como o *homo faber*, este era o interesse aristocrático, que acabou hegemонizando o panorama cultural grego, tal como fizeram Platão e Aristóteles.

Os romanos, por sua vez, herdeiros da tradição cultural helênica, incorporaram a noção negativa do trabalho dos gregos, de forma que o trabalho manual também era considerado como herança penosa, imposta pelos deuses.

Segundo Cortella (2017), séculos passaram, mas esta ideia permanece, o trabalho manual como tarefa de inferiores ainda é frequente. Por exemplo, não raro, se ouve expressões como: “você não quer estudar?! Não vai ser ninguém na vida! Vai ser faxineiro”

Este conceito de trabalho como castigo do ponto de vista moral-religioso, o trabalho que estafa e adocece, não ficou na Antiguidade, mas ainda é um conceito atual, principalmente diante das mudanças no mundo do trabalho, engendradas pelo Capitalismo contemporâneo, em que se intensificam as formas de extração do trabalho, repercutindo diretamente nas condições de vida do trabalhador.

2.1.1 *O trabalho que adocece*

Com a Terceira Revolução Industrial, o setor secundário da economia ocupou lugar de destaque no desenvolvimento de riquezas e na geração de postos de trabalho dentro da sociedade capitalista (LASSANCE; SPARTA, 2013). De acordo com estas autoras, foi uma época marcada pelas ideias de organização científica do trabalho de Taylor e da criação das linhas de montagem na indústria automobilística por Henry Ford.

Esta época, por sua vez, marca o retrocesso do valor trabalho, voltando-se a concepção do trabalho como perda da liberdade. Talvez o termo retrocesso seja elogio, pois, pelo menos na Antiguidade Clássica, havia um repúdio por esta concepção de trabalho. Para esta nova forma de Capitalismo, o trabalho para a morte passa a ser a regra.

De acordo com Antunes (2013), a sociedade taylorizada e fordizada estampou a degradação do trabalho; conseqüentemente, o trabalhador fora animalizado e massificado, tendo roubado de si sua posse do produto,

[...] mas não é apenas o produto que não lhe pertence mais. Ele próprio deixa de ser o centro de si mesmo. Não escolhe seu salário, não escolhe seu horário,

nem o ritmo do trabalho, passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele. Em consequência disso, acontece a humanização da mercadoria que leva à desumanização do homem, à sua coisificação, à sua reificação, sendo ele próprio transformado em mercadoria. Isto é, sua força de trabalho tem um preço de mercado. A mercadoria passa a ter valor superior ao homem (PALARO; BERNARTT, 2012, p. 297).

Se o cenário já era caótico, a situação só se agravou com as transformações ocorridas a partir de 1980, em que, de acordo com Antunes (2014), mesclaram-se ao fordismo e ao taylorismo, outros processos produtivos (*neofordismo*, *neotaylorismo*, *pós-fordismo*); ou, em alguns casos, a substituição destes, pela experiência japonesa do *toyotismo*. Assim, novos processos de trabalho emergiram e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção.

Estas transformações, por sua vez, acarretaram uma nova configuração da classe trabalhadora, com profundas repercussões inclusive na sua subjetividade. De acordo com Antunes e Alves (2004, p. 343), a classe trabalhadora não é mais idêntica àquela existente em meados do século passado, hoje ela é mais ampla, tem “[...] uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada”.

Nesse contexto, ocorreram mudanças também no perfil do trabalhador, exige-se agora um trabalhador comprometido e ao mesmo tempo criativo. No entanto, como afirma Kadooka et al. (2013), a ênfase das empresas no fator humano não significa uma humanização das relações de trabalho, ao contrário, mudam-se as formas de gestão e controle, assinalando-se com uma ilusão de flexibilidade, de liberdade de escolha e poder de ação.

Vale ressaltar que tudo não passa de um engodo, pois esta “pseudo flexibilidade”, a tal parceria com os funcionários e a “pseudo” participação, não é livre; do contrário, é obrigatória, controlada e até mesmo manipulada pela organização.

A pergunta que se levanta é a seguinte: por acaso se pode chamar de parceria uma relação coisificada, em que o trabalhador continua sendo encarado como objeto? Certamente não! Por isso, as mutações no mundo do trabalho com as suas novas técnicas de gestão da força de trabalho são ainda mais perversas para o trabalhador, pois a relação de exploração é mascarada por meio de um processo de subjetivação, ou seja,

[...] o indivíduo submetendo-se totalmente (corpo e alma como diríamos em outros tempos) trabalha para a organização como se esta fosse dele próprio. Ele acredita que a organização faz parte dele, da mesma forma que ele faz parte da organização, o que o liga ao futuro dela. O indivíduo se encontra, portanto, sob a dominação da organização, ao nível inconsciente, e essa dominação será cada vez mais forte na medida em que há a dissolução da instância crítica do indivíduo (PAGÈS et al. 1993, p. 158).

Assim, para este autor, os laços que ligam o indivíduo à organização hipermoderna, não são somente os econômicos e ideológicos, mas também os psicológicos, o que tem levado ao que Alves (2000) chamou de “captura da subjetividade”, da qual o indivíduo

difícilmente consegue livrar-se, haja vista a sutileza e a sofisticação engendradas pela organização do trabalho.

Diante deste processo doentio de aviltamento do trabalhador, não há outra forma de caracterizar o trabalho senão com fonte de sofrimento, quando não, sinônimo de adoecimento e morte. Como bem ressaltam Torres et al. (2011), a combinação das inovações tecnológicas com os novos métodos gerenciais vem gerando uma intensificação do trabalho, que se traduziu em uma série de agravos à saúde: envelhecimento prematuro, aumento do adoecimento, morte por doenças cardiovasculares e outras doenças crônico-degenerativas.

Buscando ao menos sobreviver, o trabalhador é obrigado a aceitar empregos que colocam em risco a sua saúde e até mesmo a própria vida. Submete-se à intensificação do ritmo de produção, ao prolongamento das jornadas de trabalho, às pressões por maior produtividade e condições que conduzem ao incremento da probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporária, permanente, ou mesmo mortes, o que, infelizmente, pode ser exemplificado com a avalanche de lama, proveniente do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A., no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho – MG, já considerado o maior acidente de trabalho registrado no Brasil (NAVARRO, 2003).

Souza e Fellet (2019) assinalam que um balanço da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que 321 mil pessoas morrem por ano no mundo em acidentes de trabalho. O Brasil é o 4º colocado nesse *ranking*, atrás da China, Índia e Indonésia; porém, a real situação do país pode ser ainda mais trágica, pois os levantamentos periódicos só contabilizam o trabalho formal, excluindo o número significativo de acidentes e doenças ocorridos com os trabalhadores parciais, temporários e subcontratados.

Considera-se, assim, que as modificações no mundo do trabalho, levam o trabalhador à perda da sua identidade e/ou a uma subjetividade permeada por um processo de perversa precarização e subsunção da sua força de trabalho ao capital.

Nesse sentido, Torres et al. (2011) alerta para as repercussões do adoecimento laboral, pois as consequências ultrapassam as fronteiras do local de trabalho, alastrando-se até as unidades de saúde, tribunais e a comunidade envolvente, inclusive o ambiente familiar. Por isso, não é só o trabalhador que adocece, mas todas as relações sociais ficam fragilizadas e formam uma rede complexa de transtornos.

2.1.2 O trabalho que desemprega

Ao longo dos séculos, a relação do homem com o trabalho foi se redimensionando; no entanto, as profundas mutações implementadas a partir do padrão capitalista de acumulação flexível não possibilitaram o redimensionamento, mas uma total subsunção.

O princípio da “fábrica magra”, que se refere ao enxugamento de tudo o que

for considerado excessivo ou supérfluo, exige uma reestruturação produtiva. Esta reestruturação, por sua vez, traz de modo muito acentuado o fenômeno do desemprego estrutural (RATES, 2018). Assim, de acordo com Antunes (2013), a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, tanto que surgiram algumas teorias que anunciam seu o fim. Se o trabalho for entendido simplesmente como emprego, talvez a profecia apocalíptica se aproxime da sua realização, o “trabalho”/emprego está próximo do seu fim.

De acordo com a divulgação mensal de julho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19¹, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ilustrada na Figura 1, a taxa de desocupação aumentou em 0,7 pontos percentuais de junho para julho no Brasil, atingindo no último mês 13,1% (IBGE, 2020).

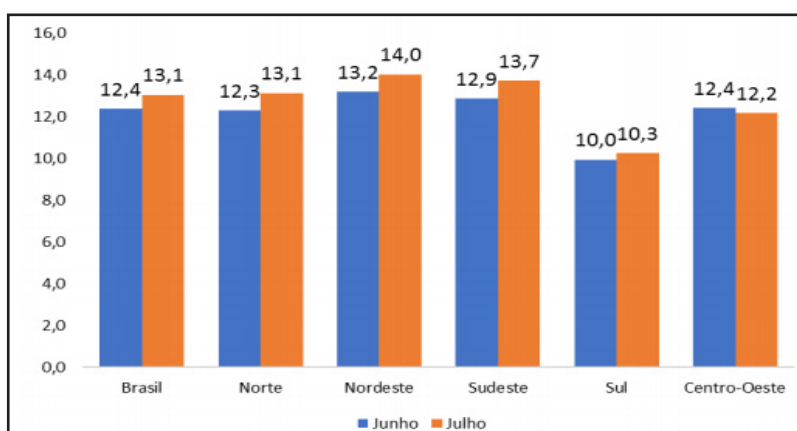


Figura 1 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na pandemia, no Brasil e Grandes Regiões (%) – junho e julho de 2020.

Fonte: IBGE – PNAD COVID 19 junho-julho/2020.

Observa-se ainda que, mesmo com a flexibilização das medidas de distanciamento social e a retomada das atividades econômicas, a taxa de desocupação alcançou o percentual de 14,4% na última semana de setembro, sendo esta a maior da série histórica iniciada em maio, conforme mostra a Figura 2.

Vale ressaltar, porém, que o aumento da taxa sugere que mais pessoas estão pressionando o mercado em busca de trabalho; mas ainda assim, estima-se que 15,3 milhões pessoas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

¹ A PNAD COVID19 é uma versão da PNAD Contínua, em parceria com o Ministério da Saúde, e tem por objetivo estimar o número de pessoas com sintomas associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2020).

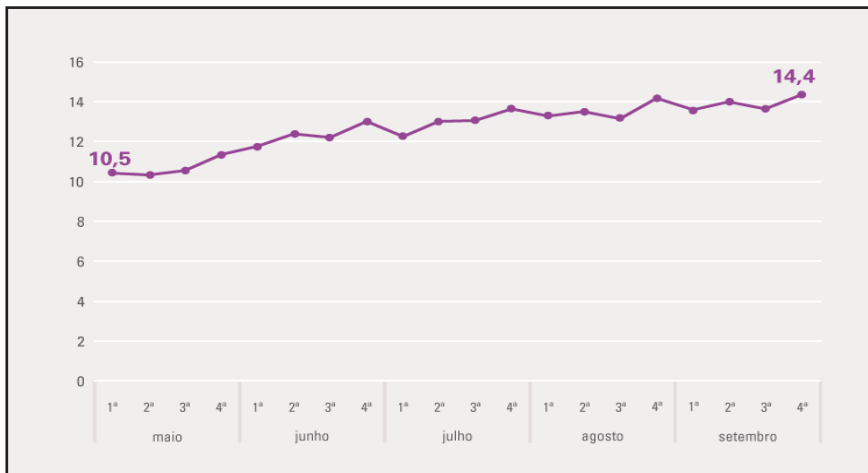


Figura 2 – Taxa de desocupação (%) no Brasil, referente à quarta semana de setembro.

Fonte: IBGE – PNAD COVID 19.

Dessa forma, como foi ressaltado em um Boletim da Rede de Pesquisa Solidária², a taxa de desocupação sozinha não é suficiente para compreender o desemprego no contexto de pandemia, pois:

[...] supõe que os indivíduos estão ativamente procurando emprego, não considerando que as políticas de distanciamento social, necessárias à contenção da propagação do coronavírus, reduziram drasticamente as possibilidades de procura – tanto pela inviabilidade de fazê-lo presencialmente, quanto pela indisponibilidade de oferta nas localidades, em função do baixo desempenho das empresas (PRATES; BARBOSA, 2020, p. 2.).

Este indicador, portanto, pode mascarar a real situação dos trabalhadores no Brasil, desalentados pelo desemprego oculto; visto que não desistiram simplesmente de procurar por emprego, mas foram assim forçados.

Com efeito, o encolhimento do mercado de trabalho no contexto da pandemia apresentou quedas nos números de trabalhadores com carteira assinada, mas também no número de trabalhadores informais, que se refere à soma dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ, trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhador familiar auxiliar.

Ainda de acordo com os dados da PNAD COVID 19, a taxa de informalidade atingiu 34,5% em junho, que corresponde a 28,5 milhões de pessoas; enquanto no início de maio, eram 29,9 milhões. Em julho, embora não havendo variação significativa em relação a junho, observa-se mais uma queda neste número, que atingiu 27,4 milhões de pessoas, equivalente a 33,6% do total de ocupados (IBGE, 2020).

² A Rede de Pesquisa Solidária conta com mais de 70 pesquisadores de diferentes áreas, no Brasil e em outros países, mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da COVID-19.

Mas, depois da forte queda de início de maio até meados de julho, o número de pessoas ocupadas vem se recuperando, mas com condições de trabalho digna? Não! Essa recuperação recente vem se dando, especialmente, entre trabalhadores informais, que foram os mais atingidos no início da pandemia.

A informalidade, por sua vez, é uma das formas de precarização das relações de trabalho, ao privar os trabalhadores dos seus direitos trabalhistas. Assim, se numericamente poderia se entender a queda da taxa de informalidade durante a pandemia como algo positivo; para além dos números, percebe-se que esta queda não está associada a uma redução da precariedade, do contrário, a taxa indica que pessoas perderam ocupação e não se inseriram em outro emprego. E este pequeno sinal de retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho, indicam, por sua vez, um retorno para a informalidade.

Neste contexto, como propõem Antunes e Alves (2004), para se compreender a nova forma de ser do trabalho da classe trabalhadora, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho, pois a própria classe-que-vive-do-trabalho adquire nova configuração, sendo composta tanto pelos trabalhadores desempregados (formadores de um exército de reserva), quanto por empregados (em sua maioria, com vínculos precários, informais, temporários, subcontratados, *part-time*, com poucas garantias trabalhistas).

O mundo do trabalho, portanto, apresenta uma realidade em que formas de reestruturação e heterogeneidade se intensificaram, com o desemprego, flexibilização, desqualificação e precarização das relações de trabalho. Contudo, todas estas mutações seriam, de fato, suficientes para anunciar o fim do trabalho ou da classe trabalhadora?

O efeito parece ser contrário, diante da ausência generalizada de emprego e de crescimento da precarização, ratifica-se, como em nenhuma outra fase da história, a importância que tem o trabalho na vida das pessoas. Dessa forma, Castel (1998, p. 157), que não se alinha aos defensores da tese do fim do trabalho, afirma:

Mas é ainda sobre o trabalho, quer se o tenha, quer este falte, quer seja precário ou garantido, que continua a desenrolar-se, hoje em dia, o destino da grande maioria dos atores sociais. Nesse sentido, pode-se continuar a falar de centralidade do trabalho, no sentido de que ele permanece, positivo ou, muitas vezes, negativamente, no centro das preocupações da maior parte das pessoas.

Com efeito, a situação é caótica, mas não é o fim! As transformações sociais, econômicas e políticas de cada época e de cada tempo não foram, não é e não serão capazes de levá-lo ao sepultamento, pois significaria o desaparecimento do próprio homem.

2.2 Ele é alegria?

De fato, o trabalho não é só sofrimento, ele também pode ser alegria, esperança e/ou prazer. Assim, até mesmo entre os hebreus, compreendia-se que o mesmo trabalho que extinguiu a bonança do paraíso, poderia reconduzir o homem ao mesmo paraíso, ou seja, o trabalho era visto com uma forma de expiação do pecado.

Tavares (2006) afirma que, para os gregos, também existia dupla significação para o termo trabalho. Embora, habitualmente, afirme-se que a filosofia grega via o trabalho apenas como negatividade, Battaglia (1958) questiona este posicionamento, uma vez que havia muitos escravos gregos detentores de importantes posições sociais.

Para ratificar posições para além da negatividade em relação à concepção de trabalho entre os gregos antigos, Gomes e Ottoni (2014) citam os filósofos sofistas, os quais introduziram a ideia de que não há elevação humana dissociada da fadiga. Assim, talvez tenha surgido com o sofista Pródico, a ideia do trabalho como forma de conferir dignidade à vida. Para o cínico Antístenes, o trabalho era lei e dever da vida. E, o próprio Sócrates, elogiava o trabalho manual e intelectual.

Com efeito, a apresentação destas outras concepções sobre o trabalho, ainda na Antiguidade Clássica, é apenas para deslindar que, desde os tempos mais remotos, o conceito de trabalho convive com a contradição, embora se considere que, de fato, foi a conotação negativa que se sobressaiu neste momento histórico.

Este cenário, por sua vez, só começa a mudar a partir do século XIII, quando o cristianismo deixa de ser meramente contemplativo e o dever religioso passa a adotar um conceito de atividade/ação – o trabalho – como exercício da humildade. De acordo com Gomes e Ottoni (2014), nesse contexto, várias ordens religiosas surgiram prescrevendo o trabalho para o exercício da fé.

A elevação do valor-trabalho foi alcançando maiores dimensões com o florescimento do comércio e, com o Renascimento, passou a ser a verdadeira essência humana. Elevou-se ainda mais com o mundo protestante luterano e calvinista, contexto em que o trabalho para acumular e guardar passou a ser extremamente valorizado (CORTELLA, 2017).

Mas foi no século XVIII que o trabalho adquiriu novo sentido, desvinculado de toda a premissa religiosa, alcançando o seu clímax. De acordo com Battaglia (1958), a produção material, antes concebida como glória a Deus, passou a ser, moralmente, destinada ao gozo. Percebe-se, assim, o paradoxo do capitalismo, com ele se deu a ascensão do conceito de trabalho e com ele também se deu a sua degradação.

Com efeito, mediante as novas configurações do capitalismo contemporâneo, suscitou-se um debate sociológico e, junto com este, algumas teses que defendem a ideia do esgotamento ou mesmo do fim do trabalho e da classe trabalhadora.

Nesse contexto, autores marxistas têm se empenhado em desconstruir esta ideia de descentralização do trabalho, defendendo a antítese da centralidade da categoria trabalho, pois este não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante (ANTUNES; ALVES, 2004).

2.2.1 O trabalho no pensamento marxiano/marxista

A categoria trabalho é central nos estudos de Marx, que foi, por sua vez,

profundamente, influenciado pela filosofia de Hegel, o materialismo de Feuerbach, a economia política inglesa e o socialismo francês (GOMES; OTTONI, 2014). Vale ressaltar que Marx apresenta vários sentidos para esta categoria em seus textos; contudo, será o seu sentido ontológico que aqui será destacado.

Desde “A Ideologia Alemã”, obra de 1846, escrito conjuntamente por Marx e Engels, estes já apontam que o ato fundante do ser social é aquele que produz e reproduz as condições materiais de existência; portanto, o trabalho é caracterizado como o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2007).

Na obra “O Capital”, cujo primeiro livro data de 1867, Marx sustentou que o trabalho é o elemento definidor da espécie humana, por meio dele, o homem transforma a si e à natureza, e, ao transformá-la, de acordo com suas necessidades, imprime em tudo que o cerca a marca de sua hominidade (NEVES et al., 2018).

Assim, de acordo com Santos (2009), podemos entender a categoria trabalho ontologicamente, como sendo o primeiro ato evidentemente humano e o ato originário do ser social, por duas razões: é o primeiro ato que produz e reproduz as condições materiais de existência e é o elemento de distinção das atividades humanas (atividade teleológica).

O trabalho como uma atividade teleológica, por sua vez, refere-se ao fato do homem planejar racionalmente o resultado da sua construção, antes de transformá-la em realidade, diferenciando o trabalho humano das operações dos demais animais (MARX, 2006). Esta perspectiva marxiana, por sua vez, vai influenciar inúmeros pensadores a posicionarem a categoria trabalho no centro da análise dos processos sociais, inclusive ao que concerne ao processo educacional.

Lucena et al. (2011, p. 275), ao demonstrarem as influências marxianas em *Moisey Mikhailovich Pistrak*, grande educador russo, destacam que compreender o conceito de educação em Marx, significa:

Em primeiro lugar, a união entre o ensino e o trabalho como uma ferramenta para a construção de um novo homem. Em segundo lugar, a negação da escola burguesa (iluminista) vista como um instrumento de legitimação de uma classe sobre outra. Por último, o conceito da revolução como um fenômeno educativo.

Evidencia-se, dessa forma, a relação necessária entre educação e trabalho, tanto que falar de um, sem falar do outro, torna a discussão inválida e irrelevante. Sendo assim, a fim de dar relevância a este processo discursivo, propõe-se, a seguir, uma breve reflexão sobre os fundamentos da Escola do Trabalho, ou daquela que considera a centralidade desta categoria.

2.2.2 Uma Escola do Trabalho

O termo “Escola do Trabalho” foi proposto por Pistrak (2000) em sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, para caracterizar uma escola de resistência

aos ideais capitalistas, baseada em dois princípios, a saber: fundamentação nas ideias marxistas e o desenvolvimento de aptidões para se trabalhar coletivamente.

No entanto, não se discutirá apenas as contribuições de *Pistrak* para a educação; mas, relaciona, de maneira geral, as posições que relacionam o trabalho no seu sentido ontológico com a educação, que consideram o trabalho como princípio educativo e buscam, assim, a formação do sujeito numa perspectiva emancipatória.

No Brasil, vários autores têm se dedicado à discussão acerca do trabalho e da educação, tais como Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto. Para Saviani (1998, p. 03), a relação entre trabalho e educação é tão intrínseca que coincide com os primórdios da existência humana:

[...] as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. A medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho.

Neste fragmento, observa-se tanto o sentido ontológico do trabalho como a relação intrínseca entre trabalho e educação, devendo aquele ser pensado primeiro, pois o trabalho é o princípio. Porém, a história nos revela que as relações de produção foram rompendo a estreita relação entre educação e trabalho.

Este rompimento inicia, por sua vez, com o desenvolvimento das sociedades de classes, pois com a apropriação privada da terra, os proprietários passaram a viver da força do trabalho dos não proprietários, eis a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a separação entre trabalho e educação (SAVIANI, 2006).

Na mesma perspectiva, para Frigotto (2005, p. 08), o trabalho como princípio educativo não é apenas “uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político”. Por isso, quem se engaja na educação e reconhece a sua relação estruturante com o trabalho, precisa ser militante, não pode silenciar diante das relações sociais de exploração e alienação.

Vale ressaltar, porém, como alertam Pogorzelski e Martins (2017), que a lógica do capital é perversa, por isso, é preciso estar atento às suas armadilhas. Não raro, em virtude das suas próprias condições socioeconômicas, a classe dos subalternos é induzida a procurar a escola profissional para atingir uma melhor ocupação no mercado de trabalho; no entanto, em vez de uma escola do trabalho, depara-se com a educação profissionalizante, ou seja, cursos e programas oferecidos pelo Estado a serviço dos interesses do capital, que desenvolvem um ensino precário, fragmentado, com o intuito apenas de qualificar mão-de-obra.

Portanto, educação profissionalizante não é o mesmo que escola do trabalho, pois enquanto a primeira serve ao capital, a segunda, centra-se na integração das dimensões

fundamentais da vida que estruturam a prática social: o trabalho, a ciência e a cultura.

Com efeito, enquanto a Escola do Trabalho, proposta por *Pistrak*, e a formação omnilateral ou politécnica, fundamentada nas concepções de Karl Marx, ainda é utópica para a conjuntura socioeconômica brasileira, tem-se no Ensino Médio Integrado (EMI) a possibilidade de travessia para este projeto ético-político, que visa contribuir para o desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais do educando.

Assim, concorda-se como Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1070) de que é “possível e necessário plantar – e cuidar para que cresçam – as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária, aproveitando-nos das contradições do sistema capital”. Acredita-se, portanto, que a Educação Profissional no Brasil, mais especificamente a sua modalidade integrada, pode ser estas sementes da tão sonhada Escola do Trabalho.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve retrospectiva histórica sobre os sentidos e significados do trabalho, possibilitou-nos evidenciar que o trabalho se posiciona no centro de qualquer fenômeno social e constitui-se como determinante da formação das sociedades, uma vez que funda o ser social.

Sendo assim, o trabalho faz parte do homem desde sempre. As transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas de cada época e de cada tempo não foram, não é e não serão capazes de levá-lo ao sepultamento, pois significaria o desaparecimento do próprio homem. Este é o sentido ontológico do trabalho, exposto aqui a partir da perspectiva marxiana/marxista.

Contudo, é evidente que as mutações no mundo do trabalho, caracterizadas pelo regime de acumulação flexível, desregulamentação e eliminação dos direitos trabalhistas, entre outras, têm sufocado o trabalho no seu sentido ontológico e levado à classe que vive do trabalho a uma crise sem precedentes na história.

A situação é caótica, mas não é o fim! Como bem ressalta Marx (2006), a sociedade não é um ser petrificado, mas está constantemente submetida a processos de transformação e pode mudar. A mudança, por sua vez, começa compreendendo o trabalho como uma categoria complexa, que não se restringe a uma dimensão, isso significa dizer que o trabalho é sofrimento e também alegria, mesmo diante de todas as forças que o transformam em exploração.

Nesse contexto, não dá para ficar só com a resposta das crianças: é bonita e é bonita! Para a realidade atual, agravada no contexto de pandemia, a “Música de Trabalho”, da Legião Urbana, parece responder melhor à pergunta levantada: “sem trabalho, eu não sou nada, não tenho dignidade [...]”; mas, o que eu tenho é só um emprego [...]”; quando se tem, pois, como se pôde verificar pelos dados da PNAD COVID19, os trabalhadores deste país estão desalentados pelo desemprego.

Sabe-se que a presente discussão não conseguiria esgotar tão complexo tema, mas quis ser uma pequena contribuição para a mudança.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335 – 351, maio/ago. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. Trabalho, Busca de Sentido. Tradução de Denice Barbara Catani. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 76 – 95, 1997.

BATTAGLIA, F. **Filosofia do trabalho**. Trad. de Luís Washington Vita e Antônio D'Elia. São Paulo: Saraiva, 1958.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1991.

BLANCH RIBAS, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. In: BLANCH RIBAS, J. M. (coord.). **Teoría de las relaciones laborales**: fundamentos. Barcelona: Editorial UOC, 2003. 19 – 148.

BORGES, L. O. Os pressupostos dos estudos do significado do trabalho na Psicologia Social: no caminho do existencialismo. **Vivência**, São Paulo, v. 12, p. 87-105, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2017.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo em psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, G. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. **Excertos**, 2005. Disponível em: <www.escolanet.com.br/teleduc/.../9/.../Trabalho_principio_educ.doc>. Acesso em: 10 maio 2011.

GOMES, M. N.; OTTONI, D. N. A evolução do valor trabalho: da negação na antiguidade à centralidade no sistema filosófico marxista. In: SOBREIRA FILHO, E. F.; BELLO, E.; SILVA, P. H. T. (coord.).

Marxismo e direito [Recurso eletrônico on-line]. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 208 – 238.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID 19 Julho/2020**: Resultado Mensal. Rio de Janeiro: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101745.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KADOOKA, A. et al. Mundo contemporâneo do trabalho e adoecimento: considerações sobre as ler/dort. **R. Laborativa**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 15-26, abr./2013.

LAPA, B. C. **Tecendo um traçado entre autoformação docente e sentidos do trabalho**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro. 2017.

LASSANCE, M. C.; SPARTA, M. A Orientação Profissional e as Transformações no Mundo do Trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 13 – 19, dez. 2003.

LUCENA, C. et al. Pistrak e Marx: os Fundamentos da Educação Russa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 271-282, abr. 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 8-19, jul./ set. 2001. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902001000300002.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. In: WOOD JR., Thomaz (Org.). **Gestão empresarial**: o fator humano. São Paulo: Atlas, 2002, p. 13 – 34.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos L. Lima; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.20, n.63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

NAVARRO, V. L. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 32-41, 2003.

NEVES, D. R. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 318-330, abr./jun. 2018.

PAGÈS, M. et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

PALARO, R.; BERNARTT, M. L. O trabalho como princípio educativo e como princípio de alienação: possibilidades e limites da Pedagogia da Alternância. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 46, p. 293-308, jun. 2012.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POGORZELSKI, Kelli Damer; MARTINS, Suely Aparecida. In: JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa, 24., Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu – PR: UNIOESTE, 2017.

PRATES, I.; BARBOSA, R. J. (Coord.). Situação dramática do desemprego está oculta nos indicadores oficiais. **Nota Técnica da Rede de Pesquisa Solidária**, n. 14, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/07/BoletimPPS_14_3julho.pdf>. Acesso: 19 ago. 2020.

RATES, A. C. F. “Pau pra toda obra”: as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos de uma Universidade Federal. **Trabalho (En)Cena**, v.3, n. 3, p. 34-57, 2018.

SANTOS, V. O. A vigência da centralidade da categoria trabalho: uma oposição às teorias do fim do trabalho vivo e do fim de sua centralidade. **Urutágua** – Revista Acadêmica Multidisciplinar, Maringá – PR, n. 18, p. 167-175, mai./jun./jul./ago. 2009.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. 1998. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Reunião Anual da ANPED, 29., Caxambu. **Home Page do GT-Trabalho e Educação da ANPED**, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SCHWEITZER, Lucas. **Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua**. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180441/349129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, C. L. O. Subjetividade e Trabalho na Prisão: considerações sobre os sentidos de alienação, segregação e ressocialização. In: ENCONTRO da ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2014.

SOUZA, F.; FELLET, J. Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. **BBC News Brasil**, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>>. Acesso em 29 jan. 2019.

TAVARES, C. I. G. C. **Análise do rumo profissional do trabalhador em relação à sua área de formação**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2006.

TOLFO, S. R. Significados e Sentidos do Trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 617-626.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe.1, p. 38-46, 2007.

TORRES, A. R. A. et al. O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família. **SANARE**, Sobral, v.10, n.1, p.42-48, jan./jun. 2011.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas**. Madrid: Visor Distribuciones, Tomo III, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada na pessoa 199, 200, 201, 202, 204, 210, 211, 212

Adoecimento 6, 40, 49, 53, 60, 65, 66, 71, 80, 82, 110, 215, 220

Alienação parental 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Alma 70, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Análise do comportamento 112, 123, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

Atenção primária à saúde 8, 90, 91, 92, 95, 100, 102, 182

Avaliação psicológica 172, 191, 192, 194, 196, 197, 198

C

Capitalismo 65, 69, 75, 166

Cinoterapia 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 18

Comportamento verbal 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231

Compulsão alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Contexto histórico 67, 149

Corpo 16, 17, 42, 46, 54, 69, 70, 87, 140, 141, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Covid-19 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 35, 37, 72, 73, 85, 86, 159, 204, 208, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232

Criminalização 163, 165, 168, 169, 172, 174

D

Democracia 4, 6, 8, 28, 36

Depressão 2, 5, 14, 15, 26, 29, 34, 40, 45, 53, 119, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 143, 156, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Direitos constitucionais 28

Doenças mentais 28, 31, 33, 36, 128

E

Educação 11, 12, 16, 18, 21, 23, 24, 35, 42, 44, 65, 66, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 101, 102, 108, 123, 124, 134, 161, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 198, 227, 233

Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG 48, 49

Escuta qualificada 136, 149

Espaços públicos 84, 85, 89

Espiritualidade 213, 214

Esportes 115, 117

Estigma 28, 29, 34, 38, 176, 180

Estratégia saúde da família 90, 91, 92, 96, 100, 101

G

Gestão pública 48, 60, 62, 63

H

Habilidades sociais 104, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

I

Idosos institucionalizados 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Indivíduos 9, 15, 30, 33, 38, 44, 73, 84, 104, 108, 116, 129, 152, 164, 180, 192, 194, 196, 218, 223, 225, 227, 228, 229

Infantojuvenil 149, 150, 157

Intervenção familiar 175, 178, 179, 181, 182, 184, 185

J

Judicialização 163, 165, 170, 171, 172, 174

L

Labor 28, 65, 66, 68, 69

Leis 42, 52, 63, 89, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 222

Loucura 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 63, 79

M

Maternidade 136, 138, 140, 142, 144, 147, 148

Mobilidade urbana 83, 84, 85, 86, 88, 89

Mulheres 15, 21, 24, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 104, 137, 140, 145, 147, 148, 152, 166, 193

N

Nutrição 11, 16, 19

O

Ontológico 65, 76, 77, 78

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 35, 72, 73, 74, 78, 85, 86, 204, 208, 221, 228, 229, 231, 232

Práticas culturais 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232

Práticas Integrativas e Complementares (PICS) 21, 22, 23, 25, 27

Processo psicoterapêutico 199, 208

Psicodiagnóstico 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Psicologia 9, 2, 8, 11, 16, 20, 21, 39, 41, 43, 46, 63, 64, 67, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 231, 232, 233

Psicopatologia 38, 53, 63, 79, 103, 147, 188, 197, 198

Psicossocial 7, 9, 23, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 149, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 172, 177, 179, 183, 185

Q

Qualidade de vida 49, 64, 87, 88, 104, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 141, 159, 180, 182, 218

R

Relação psicoterapêutica 199, 208, 210

Relações 28, 32, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 67, 70, 71, 74, 77, 85, 88, 89, 98, 101, 111, 113, 115, 120, 121, 124, 128, 130, 140, 144, 150, 151, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 200, 205, 213, 221, 222, 225, 226, 227

Relevância 28, 49, 51, 76, 105, 110, 123, 127, 129, 169, 172, 191, 193, 194, 195, 197

Revisão sistemática 103, 106, 108, 109, 110, 125, 131, 134, 135, 178, 179, 184, 230

S

SARS-CoV-2 10, 11, 12, 21, 22, 23, 26, 231

Saúde coletiva 8, 47, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 123, 161

Saúde mental 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 56, 87, 93, 97, 102, 108, 115, 116, 121, 126, 128, 135, 137, 145, 168, 176, 178, 180, 185, 187, 197

Sofrimento gerencial 48, 49, 57, 61

T

Terapia pela arte 175, 178, 186

Transtorno de ansiedade social 103, 104, 105, 111, 112, 113, 114, 121, 133

Transtornos psicóticos 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Tripla jornada 40, 44, 45

U

Universidade 1, 4, 8, 10, 19, 21, 23, 28, 46, 47, 48, 63, 64, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 101, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 135, 146, 148, 160, 161, 163, 175, 199, 200, 203, 211, 221, 228, 233

V

Violência sexual infantil 149

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



facebook.com/atenaeditora.com.br

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)